

## SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PATRIMÓNIO CULTURAL: PORTUGAL – BRASIL

### "Dez anos da Convenção do Património Imaterial 2003-2013"

25/01/2013

#### MESA DOS NOVOS PARADIGMAS

PAULO PEIXOTO

**Resumo: "O património que nos une e que nos separa"**

No *Ano do Brasil em Portugal* que é também o *Ano de Portugal no Brasil*, há, sem dúvida, um património que nos une. É esse património que nos une, com a língua à proa, que nos faz estar aqui. Mas há também um património que nos separa. Não tão grande quanto o Atlântico que nos divide, mas suficientemente enorme para tornar as diferenças visíveis.

Uma das dimensões mais visíveis dessa linha de separação reside no instrumento de patrimonialização que esteve na origem da conceção deste seminário: a comemoração dos 10 anos da *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial da UNESCO*, que se celebra em 2013. Convenção que tem hoje uma importância diferenciada no Brasil e em Portugal, e que, simbolicamente, independentemente da sua existência e da sua relevância, marca tendências muito distintas de patrimonialização.

Nesta perspetiva é relevante caracterizar a convenção do património imaterial, de modo a dar conta que ela emerge num contexto marcado por várias tendências: i) a importância da cultura como resposta a um economicismo galopante; ii) o reforço dos sentimentos de identidade particular contra os grandes rótulos estatutários; iii) os desejos de autodeterminação das comunidades contra as manifestações de colonialismo; iv) a reivindicação dos direitos ecológicos contra o desenvolvimento económico promovido pelos estados; v) a afirmação das capacidades e vontades individuais contra o determinismo de base estatal. Como é igualmente relevante discutir em que medida estas tendências traçam linhas de separação e de divisão entre os dois países.

#### Nota Biográfica

Doutorado em Sociologia pela Universidade de Coimbra é Investigador do Centro de Estudos Sociais, integrando e coordenando o Núcleo Cidades, Cultura e Arquitetura. Integra e coordena também o Observatório das Políticas de Educação e Formação. É professor de Sociologia na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, de que é subdiretor, onde leciona nos Programas de *Mestrado e Doutoramento em Cidades e Culturas Urbanas* e *Doutoramento em Sociologia*. Leciona igualmente no programa de doutoramento '[Patrimónios de Influência Portuguesa](#)' (III/CES).

## **REGINA ABREU**

### **Resumo**

A emergência do tema do património imaterial ou intangível, cujas origens localizamos na *Recomendação para a Salvaguarda das Culturas Tradicionais e Populares* em 1989, colocará em destaque a criação de políticas públicas especialmente voltadas para esta modalidade de patrimonialização nos estados-membros, tendo como resultado o que chamo de tendência à “patrimonialização das diferenças”. Neste contexto, a grande novidade é que o campo da patrimonialização passa a abarcar diálogos em rede entre representantes de novos organismos - agências locais, nacionais e internacionais e, sobretudo, movimentos sociais, organizações não-governamentais, coletivos de indivíduos oriundos de camadas populares e um sem número de sujeitos coletivos - favorecidos pelas novas tecnologias, trazendo um novo elemento como contraponto para a quase exclusividade das instituições estatais neste domínio até então.

Desta forma, a partir dos anos oitenta do século XX, podemos falar na “era das organizações não-governamentais”, cujas representações foram legitimadas, e mesmo desejadas, pelos foruns internacionais, como os fóruns promovidos pela UNESCO e pelos governos democráticos em diversos países. O campo da Patrimonialização adquiriu novo dinamismo e a política passou a se fazer no corpo a corpo das agências. E é neste contexto, que muitas novidades vão advir, entre elas, a entrada na cena pública de segmentos sociais antes invisibilizados oriundos das camadas populares e de sociedades tradicionais.

### **Nota Biográfica**

Doutorada em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (Museu Nacional), Atualmente é Professora Associada da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Bolsista de Produtividade do CNPq, integra o Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Memória Social/UNIRIO, é Líder do Grupo de Pesquisa "Memória, Cultura e Patrimônio", Coordenadora do Projeto de Pesquisa "A Patrimonialização das Diferenças" e Coordenadora do Portal "Museus do Rio". Atuou como pesquisadora visitante do "Institut de Recherche Interdisciplinaire sur les Enjeux Sociaux-IRIS".

### **LORENA SANCHO QUEROL | Nota Biográfica**

Doutorada em Museologia Social. Foi bolsista do programa ERASMUS (1995-96), do programa EEA Grants & Norwegian Financial Mechanism (2007-09) e da FCT (2010-11). É atualmente investigadora em pós-doc no *Núcleo de Cidades, Culturas e Arquiteturas* do CES. As suas publicações enquadram-se fundamentalmente na área da Museologia, centrando-se na relação entre o museu e o conceito contemporâneo de património cultural, na ótica da sua construção social.

# MESA DA ALDEIA GLOCAL

**JOSÉ BARBIERI E FILOMENA SOUSA**

**Resumo: “Memóriamedia – o registo vídeo, a inventariação e o estudo etnográfico”.**

O projeto Memóriamedia, cuja entidade de acolhimento é o Instituto de Estudos da Literatura Tradicional da FCSH/UNL, tem como objetivo a recolha e difusão de conteúdos da tradição oral. O Projeto inscreve-se numa linha de investigação que está atualmente centrada na pesquisa etnográfica e nas questões do património cultural imaterial.

De forma genérica, é possível enumerar seis períodos da produção etnográfica portuguesa: o 1º entre 1870 a 1880 no qual se afirmaram as originalidades étnicas da “literatura e tradições populares”; o 2º entre 1890 e 1900 onde se reconheceu a diversidade cultural do país; no 3º, de 1910 a 1920, com a implementação da República, promoveu-se uma etnografia nacionalista centrada na valorização da “arte popular” e no “movimento da folclorização”; no 4º, entre 1930 e 1970, impôs-se a Antropologia, o constructo de monografias sobre diferentes comunidades e, em particular, o estudo da “cultura material” e das tecnologias tradicionais rurais – estes são os quatro períodos definidos por Leal em Antropologia em Portugal (2006).

Após os anos 80, à semelhança do que se passava no resto da Europa, surge o 5º período, o da Antropologia portuguesa pós-rural, estudam-se contextos urbanos, industriais, étnicos e outros. Sobre a ruralidade o interesse recai na análise dos discursos historicamente produzidos sobre o que é “popular”. Nos anos 90 e a partir de 2000, num 6º período, intensificam-se as reflexões sobre os processos de patrimonialização da cultura.

O projeto Memóriamedia surge em 2006 em plena discussão nacional e internacional das questões do património cultural imaterial, no “(re)despertar” desta temática. Será em referência a um percurso que se faz entre a teoria e prática e no contexto enunciado que se abordam, nesta comunicação, os procedimentos de investigação adotados por este projeto que se dedica ao registo, à inventariação, à análise e à contextualização de “momentos” da tradição oral.

## **Nota Biográfica**

José Barbieri é fundador e diretor do projeto de divulgação da literatura tradicional e outras manifestações de património imaterial (MEMORIAMEDIA). Realizador de documentários vídeo sobre a memória e a cultura popular. Criador e produtor de performances multimédia [arte pública, artes performativas de Beja, como independente. Diretor de cenografia em ópera (Teatro Nacional de S. Carlos) e dança (Companhia Nacional de Bailado); Curso superior de Teatro e Cinema pela ESTC/Lisboa.

Filomena Sousa é membro integrado e em pós-doutoramento no Instituto de Estudos de Literatura Tradicional (IELT) da Universidade Nova de Lisboa; coordenadora da linha de Investigação “Práticas da Cultura” e membro da Comissão Executiva do IELT; consultora na Memória Imaterial C. Cultural, CRL - projeto Memóriamedia; docente do Ensino Superior ISSS e ESE-IPP. Investigadora Convidada - Institut National D’Etudes Demographiques – Paris (2006-2007). Doutoramento em Sociologia ISCTE-IUL (2009). Investigação no âmbito das políticas e instrumentos de identificação, documentação e salvaguarda de Património Cultural Imaterial. Realizou vários documentários sobre manifestações culturais do PCI.

**MARIA CALADO**

**Resumo: “Reconhecimento e disseminação do Património Imaterial”**

A Convenção do Património Imaterial, aprovada pela UNESCO em 2003 e a progressiva incorporação e aplicação dos conceitos, critérios e princípios programáticos pelos Estados membros, vieram produzir alterações na própria abordagem da herança cultural e seu enquadramento na vida contemporânea, tanto a nível das comunidades de pertença directa como da sociedade em geral. A natureza do imaterial e a sua espacial relação com o material tem implicações na abordagem do Património Cultural, questionando a tradicional delimitação de campos e tipos de bens e recursos patrimoniais e apelando para uma nova conceptualização e reorganização.

Os campos tipológicos associados às classificações e listas da UNESCO orientaram e motivaram estudos, recolhas, inventários e catalogações que, além da aplicação destes critérios, acabaram também por identificar novas áreas e tipos de Património Cultural Imaterial. A operatividade, abrangência e actualidade do conceito, associando singularidade e universalidade, território e comunidade, memória histórica e criação contemporânea, tradição e inovação, investigação e participação, colocam este campo patrimonial no centro do debate, influenciando modelos e práticas de intervenção, num contexto em que, apesar da abundante teorização, muitas vezes a realidade é mais rápida e surpreendente. Os recursos instrumentais da Sociedade do Conhecimento interferem positivamente, facilitando a sistematização, o trabalho em rede e a acessibilidade à informação. Apesar da diversidade de processos organizativos, os bancos de dados, os arquivos e museus digitais e os catálogos e colecções *on-line* são cada vez mais importantes para investigadores e cidadãos utilizadores.

A problemática do Património Imaterial e seu enquadramento no âmbito da Museologia tem sido objecto de reflexão no âmbito dos princípios gerais. O museu convencional acabou por ser questionado e novos tipos de museus e entidades afins acabaram por se revelar mais eficazes na prossecução de uma museologia social. Mas, neste sector, mais do que transformações radicais a nível geral, são os exemplos referenciais que interessa destacar no processo de mudança, tornando alguns museus com tutela de bens culturais imateriais ou com recursos para o seu conhecimento exemplos referenciais. O efeito começa mesmo a estender-se a projectos expositivos não directamente associados ao Património Imaterial, mas por ele contaminados positivamente. A aplicação das Novas Museografias revela-se actuante e transformadora e a “Ciber-Museologia” ganha especial pertinência.

**Nota biográfica**

Licenciada em História pela Universidade de Lisboa, tem pós-graduação em Museologia (Diploma de Conservador de Museus e Palácios) e doutoramento em Arquitetura na Universidade Técnica de Lisboa. Integra o “Grupo de Investigação FORMA URBIS Lab.” da FAUTL e é investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Realiza investigação nos domínios da arquitetura e urbanismo, museologia, história e património cultural. Colaborou em obras distinguidas com prémios nacionais e internacionais, entre os quais se destaca o Premio José de Figueiredo 2008, conferido pela Academia Nacional de Belas Artes e o Prémio Internacional Inácio de Lecea 2007/2008, conferido pelo Public Art and Urban Design Observatory da Universitat de Barcelona.

## **GABRIELA PERDIGÃO CAVACO | Nota Biográfica**

É licenciada em História de Arte pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e tem aprofundado os seus estudos em Museologia, na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia estando ligada ao Centro de Estudos em Sócio-Museologia, onde desenvolve atividade de investigação na área das Representações Sociais do Museu (museologia e urbanismo). É atualmente coordenadora pedagógica do Museu Nacional de História Natural e da Ciência da Universidade de Lisboa, espaço do qual é colaboradora desde 1993.

## **MESA DA MÚSICA**

### **CYRIL ISNART**

#### **Resumo: “O fado como património cultural imaterial da Unesco”**

O fado foi inscrito há mais de um ano na famosa lista representativa do património cultural imaterial da Unesco. Na ótica portuguesa, o acontecimento foi a consagração internacional de uma música percebida como essencialmente portuguesa e lisboeta. Mas a inscrição de um género musical na lista do PCI não é um evento tão raro numa época de alto consumo da patrimonialização.

Porem, para quem trabalha sobre as transformações e usos patrimoniais da música, o caso do fado pode ser o ponto de partida para algumas comparações e pensamentos sobre as vias de legitimação cultural da música. Juntamente com a análise do dossier de candidatura do fado, nesta comunicação procedemos a uma comparação entre esta e outras formas menos oficiais de patrimonialização da música, entre este e outros géneros musicais que foram ou não inscritos nas listas da Unesco.

Desta forma refletimos sobre a dimensão social e supostamente partilhada (ou até conflituosa?) do fado como património nacional, municipal e local, respondendo a algumas das questões essenciais da análise crítica da patrimonialização: o que se diz do fado e da sua ligação com a sociedade no dossier? o que a patrimonialização faz ao fado? o que o fado faz à patrimonialização?

### **Nota Biográfica**

Doutorado em antropologia cultural pela Universidade de Provence (atualmente *Aix-Marseille University*) e investigador convidado no Centro Interdisciplinar História, Cultura e Sociedades na Universidade de Évora, no âmbito do programa Ciência 2008 da FCT. Lecionou a antropologia em França, Portugal e Itália. Atualmente desenvolve pesquisa sobre a patrimonialização da cultura musical e religiosa em Portugal e na Grécia.

### **FRANCISCO LOURENÇO TEIXEIRA**

#### **Resumo: “O Cante Alentejano e a sua salvaguarda”**

Nesta comunicação serão abordados o conjunto de valores patrimoniais que o Cante alentejano apresenta do ponto de vista das comunidades que lhe dão forma e vida. Nesse contexto, serão igualmente apresentadas as iniciativas que a *Associação MODA* tem vindo a desenvolver ao nível do trabalho com estas comunidades, com o objetivo de contribuir para a ressignificação e transmissão desta manifestação musical.

A Candidatura à UNESCO será abordada apenas na perspetiva do que a mesma pode significar para a valorização e salvaguarda do Cante alentejano.

## **Nota Biográfica**

Economista. Desenvolveu atividade profissional numa instituição bancária e, desde 1993, integra a equipa da Assembleia Municipal de Almodôvar. Simultaneamente vem desenvolvendo atividades na área do associativismo cultural e social.

Atualmente é o Presidente da Direção da MODA-Associação de Cante Alentejano, para além de ter sido um dos seus membros fundadores (2000).

## **PAULO NASCIMENTO**

### **Resumo: “O Cante e a Escola”**

Quando se fala no futuro do cante alentejano, uma das questões que se levanta é a sua continuidade. Como transmiti-lo às novas gerações? Em busca de uma parte da possível resposta, a Câmara Municipal de Castro Verde reuniu parceiros e criou o projeto *Cante Alentejano 1º CEB*.

O projeto, que tem vindo a ser desenvolvido no concelho desde 2009, abrange a população escolar que frequenta o 1º Ciclo do Ensino Básico, num total de 300 alunos, e tem como objetivo afirmar o Cante Alentejano como expressão da cultura local, contribuir para o reforço das ações existentes em torno do cante, para o surgimento de novas dinâmicas comunitárias e para o *Enriquecimento Curricular* através de uma abordagem lúdica do cante.

O entusiasmo das crianças marca esta atividade, que acontece em contexto de sala de aula, e privilegia também a interação com os agentes locais que dinamizam o cante. Os resultados obtidos têm sido positivos, embora alguns não sejam visíveis a curto prazo, pelo que importa continuar a discussão em torno do projeto com o objetivo de definir linhas de atuação que permitam a sua afirmação como peça importante no mecanismo de valorização e dinamização do cante.

Associada ao projeto está uma equipa que envolve os professores de expressão musical, os professores titulares e uma psicóloga educacional do Gabinete de Educação da autarquia, que asseguram a contextualização necessária ao desenvolvimento dos ateliers dinamizados pelo monitor Álvaro Mira, pessoa há muito ligada ao cante em Castro Verde, e que no passado colaborou com projetos de cante juvenil como “A Juventude Castrense” ou “Os Carapinhas”.

## **Nota Biográfica**

Paulo Jorge Nascimento é vereador na Câmara Municipal de Castro Verde desde 1998, onde é responsável pelos pelouros da Cultura, Desporto e Educação. Desempenha também funções de coordenação ao nível da Informação Municipal. É formado em Relações Humanas e Comunicação Organizacional pelo Instituto Politécnico de Leiria. Realizou programas de rádio de âmbito cultural, com destaque para o Programa Terra Prometida (Rádio Castrense). Desenvolveu atividades no campo do associativismo cultural local, onde desempenhou vários cargos diretivos. Atualmente é membro da Associação de Cante Alentejano “Os Ganhões”, Castro Verde, no âmbito da qual coordenou a edição dos trabalhos “*O Círculo que Leva a Lua*” e “*Terra – Antologia, Os Ganhões de Castro Verde 1972-2006*”.

## SUSANA SARDO | Nota Biográfica

Doutorada em Etnomusicologia pela Universidade Nova de Lisboa. Os seus interesses de investigação incluem música em Goa e nas comunidades diaspóricas, música e pós-colonialismo, música no espaço lusófono, incluindo Portugal, país este onde tem desenvolvido trabalho de investigação sobre processos de folclorização e sobre música e pós-ditadura. Atualmente é professora auxiliar na Universidade de Aveiro onde também dirige o pólo do Instituto de Etnomusicologia – Centro de Estudos em Música e Dança, e o Centro de Estudos de Jazz. É autora do livro *Guerras de Jasmim e Mogarim: Música, Identidade e Emoções em Goa* (Leya, 2011), e de diversas publicações discográficas e artigos.

## RODA DE CANTE

### Cante alentejano

À roda de uma mesa três homens repartem um ritual de gestos. Olhar o primeiro copo e sentir o corpo do vinho; abrir o canivete e cortar quatro ou cinco pedaços de pão; provar uma azeitona e comentar a falta de um rábano, ou um pedaço de pau-roxo, que estamos no tempo deles. O volume das vozes, pouco a pouco, acomoda-se. Alguém faz de ponto... É tão grande o Alentejo...

### Quem nos traz o Cante...

**Álvaro Júlio Romano Mira** nasceu em Castro Verde em 1944. Atualmente aposentado, foi mineiro e pintor da construção civil. Desde muito cedo ligado ao cante alentejano, foi ensaiador do Grupo Coral “Juventude Castrense”, entre 1977 e 1980, e do Grupo Coral Infantil “Os Carapinhas”, em 1980 e 1981. Atualmente é membro do Grupo Coral “Os Ganhões de Castro Verde” e Presidente da Assembleia Geral da Associação de Cante “Os Ganhões”.

**Filipe Pratas** nasceu em 1976. Reside em Castro Verde. Desde muito novo que aprendeu a gostar de música e em particular de cante alentejano, tendo ainda em criança integrado o grupo coral infantil Os Carapinhas. Mais tarde frequentou o Conservatório Regional de Música do Baixo Alentejo. Acabou por seguir outra via de estudos licenciando-se em Animação Sociocultural, na Escola Superior de Educação de Beja. Para além de trabalhar na sua área de formação, em Castro Verde, integra o grupo coral Os Ganhões e o grupo Terra – Castro Verde.

**Miguel Rego** nasceu em Lisboa, em 1963. Arqueólogo de formação, desenvolve a atividade de animador cultural no Alentejo há cerca de 27 anos. Filho de pai alentejano, cedo apreende as musicalidades do Sul, muitas vezes ouvindo os homens alentejanos que se juntavam na taberna do Bairro de Barranhos (Carnaxide), onde viveu até aos 18 anos. A sua experiência na música divide-se de uma forma fragmentada, de 1981 a 2012, entre coros polifónicos e intervenções a solo. Atualmente integra o grupo Terra - Castro Verde.

## Roda de Choro

O Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro tem acolhido estudantes/músicos de pós-graduação oriundos de vários estados do Brasil. Com o intuito de “matar” a saudade da cultura e das práticas musicais brasileiras, alguns adestes alunos tomaram a iniciativa de criar, em 2012, o grupo **Roda de Choro**, em Aveiro. A roda de choro é um encontro informal de "chorões" (músicos que tocam o género *choro*), numa proposta de música instrumental.



O choro é um género musical fundamentalmente urbano, que se consolida no Brasil no início do século XX. Apesar de os compositores fundacionais mais importantes, terem desenvolvido a sua carreira na cidade do Rio de Janeiro (Pixinguinha, Ernesto Nazareth, João Pernambuco, Joaquim António Callado, entre outros), eles eram oriundos de diferentes regiões do país e, portanto, traziam consigo referentes estéticos e musicais igualmente diferentes. Talvez por isso o choro se tornou num género tão transversal a todo o Brasil. Nas últimas décadas tem sido estudado, revisitado e revitalizado por músicos e pesquisadores. A instrumentação de uma roda de choro pode incluir instrumentos diversos como o cavaquinho, bandolim e a guitarra de sete cordas, flauta, clarinete, trombone e a percussão (principalmente o pandeiro). Um dos instrumentos tem o papel de solista e os outros de acompanhamento. No processo da performance, os músicos tocam habitualmente em roda, voltados uns para os outros, fazendo a música acontecer numa relação de comunhão entre eles, mais do que de exposição.

## Quem nos traz o Choro...

A roda de choro em Aveiro tem acontecido todos os sábados à noite no bar do Joaquim, a “Bateira” (atrás da igreja de São Gonçálio). É composta por **Klênio Barros** (trombone), **Rodrigo Gouveia** (flauta transversal), **Vinícius Lucena** (cavaquinho), **Wallace Gomes** (violão de 7 cordas), **Bruno Santos** e **Saulo Giovannini** (percussão). Estes músicos constituem o núcleo fixo da Roda de Choro ao qual se juntam outros músicos em diferentes ocasiões. São oriundos dos estados brasileiros de Rio Grande do Norte, Paraíba e Minas Gerais.